Como o cooperativismo pode ser usado para melhorar a qualidade de vida local? Estudo de caso da CredMalhas.

Área Temática: Organização do Terceiro Setor

AUTORAS LETICIA LABEGALINI

Universidade Federal de Minas Gerais lelabega@hotmail.com.br

DEBORAH MARA SIADE BARBOSA

Universidade Federal de Minas Gerais deborahsiade@yahoo.com.br

Resumo

Neste trabalho foi realizado um estudo de caso de uma cooperativa de Crédito, na qual foram analisados vários aspectos, entre eles sua funcionalidade como entidade financeira, mas a maior ênfase foi dada a suas características de economia solidária. Neste aspecto, foram entrevistados 50 cooperados não ligados a cargos administrativos, e outras 8 pessoas nestes cargos, entre 643 cooperados. Vários pontos foram abordados, sejam eles: as possibilidades de ações sociais da cooperativa, a importância que as pessoas envolvidas com ela dão a estas ações, a atuação da cooperativa na comunidade onde se encontra e as dificuldades ainda presentes entre os cooperados e a comunidade devido ao pouco conhecimento da população sobre os princípios cooperativistas e os benefícios que eles geram para o desenvolvimento local. A partir dos resultados, observou-se que, embora o cooperativismo seja uma possibilidade de melhorar a qualidade de vida local, amenizando questões sociais presentes na sociedade brasileira, ainda é preciso trabalhar muito no sentido de disseminar os princípios do cooperativismo e mostrar os benefícios que esse tipo de empreendimento pode oferecer a seus cooperados e à comunidade local como um todo.

Abstract

In this work, it was executed a case study about a Credit Cooperative, in which many aspects were analysed, among them its functionality as a financial entity, but the major emphasis was given to its characteristics as a solidary economy. In this aspect, 50 associates not involved with management were interviewed, as well as other 8 managers, among 643 associates. Many points were discussed, they are: the possibilities of social actions of the cooperative, the importance that the people involved with it give to these actions, the actuation of the cooperative in the community where it is localized and the difficulties still alive among the co-operators and in the community due to the lack of knowledgement about the principles of the associativism and the benefits that they offer to the local development. From the results, it was observed that, even though the associativism is a possibility to prosper the quality of local life, reducing social questions present in the Brazilian society, it is still needed to work hard in order to disseminate the principles of the associativism and to show the benefit that this kind of entrepreneurship can offer to its associates and to the local community as a whole.

Palavras-chave: Economia Solidária, Cooperativismo, Responsabilidade Social

1. Introdução

São muitas as questões sociais que caracterizam a maior parte da sociedade brasileira. Diariamente ouve-se falar sobre desemprego, desigualdade social, má distribuição de renda, aumento da violência e da marginalidade, aumento da informalidade, entre outros males.

Diante dessa situação, é necessário descobrir maneiras de freá-la e convertê-la. Esse estudo irá introduzir o conceito de Economia Solidária e mostrar que o cooperativismo é um meio pelo qual pessoas buscam unir capacidades afins para trabalharem em conjunto, no combate tais problemas. O cooperativismo é um instrumento que fomenta o pensamento comunitário e a proatividade. Além disso, trata-se de algo que as pessoas podem construir por iniciativa própria.

Optando-se pelo cooperativismo, governo, empresas privadas e ONGs passam a ter papel de facilitadores e interventores, ou seja, as pessoas não ficam mais esperando que algo aconteça, elas constróem seu próprio negócio e se sentem motivadas por serem donas daquilo. Além de obterem trabalho e renda, proporcionam desenvolvimento local, pois são natural e socialmente responsáveis, em outras palavras, a cooperativa é totalmente voltada ao benefício de seus cooperados, que mudam a realidade local ao conquistarem melhores condições de vida a partir da renda gerada pela cooperativa.

Conscientizando-se dos princípios do cooperativismo, cada cooperado vê no negócio que irão construir juntos, do qual serão igualmente donos e pelo qual serão igualmente responsáveis, uma chance de desenvolvimento, tanto intelectual como financeiro, e notam também o desenvolvimento de sua comunidade devido à geração de emprego, aumento de renda, e de consumo. Assim, de forma indireta, praticamente toda a região onde o cooperativismo se instala tende a ter benefícios.

2. Problema de Pesquisa e Objetivo

O problema do estudo presente é a questão social gerada pelo sistema capitalista no contexto da globalização. Essa questão envolve desemprego, má distribuição de renda, desigualdade social, má distribuição de oportunidades e etc. Desta forma, este estudo pretende responder a seguinte pergunta: Como o cooperativismo pode ser usado para melhorar a qualidade de vida local?

Este trabalho pretende mostrar um caso de uma cooperativa de sucesso, o qual deverá servir de incentivo a organizações e instituições, como prefeituras, associações comerciais e ONG's diversas, que atuam no apoio a cooperativas nascentes. Para a sociedade, este estudo é direcionado a líderes comunitários que lutam pelos direitos e pelo bem estar de sua comunidade, e a grupos de pessoas que acreditam em seu potencial e não querem esperar por ações do governo para trabalhar e propiciar a suas respectivas famílias melhores condições de vida. Tenta-se mostrar que o cooperativismo pode ser um dos caminhos para uma sociedade mais justa, igualitária e satisfeita por ser uma oportunidade de geração de emprego e renda.

O estudo também objetiva enfatizar a importância da participação das universidades na busca por soluções de problemas sociais, servindo de incentivo para tal participação.

Para tanto, algumas perguntas auxiliares deverão ser respondidas, para que o tema seja bem entendido:

- O que é Responsabilidade Social?
- O que é Economia Solidária e Cooperativismo e quando surgiram?
- Como funciona uma cooperativa?

- Como uma cooperativa pode influenciar na qualidade de vida de uma comunidade?
- É possível estender a experiência da CredMalhas a outras comunidades?

3. Revisão Bibliográfica

3.1. Empreendedorismo e responsabilidade social: exigências da sociedade

Vários são os autores que tentam expor as desigualdades e problemas gerados pelo capitalismo, e ao mesmo tempo defendem que as empresas devem ser socialmente responsáveis de forma a cuidarem das conseqüências geradas por elas mesmas.

Assim, a noção de responsabilidade social, para alguns autores, remete para a atitude da empresa – em face das exigências da sociedade – e a avaliação e compensação dos custos sociais que a mesma gera, definindo o papel social a desenvolver para, assim, obter legitimidade e respeitabilidade perante os diversos grupos humanos que a integram e a comunidade como um todo (CARVALHO citado por TINOCO, 2001).

As necessidades das pessoas devem ser trazidas à frente. Elas aspiram por possibilidade de educação e oportunidades a seus filhos, por direitos e dignidade no trabalho e por voz em seus empregos e em sua comunidade. Essas exigências simples e básicas mostram as reações populares à globalização.

Na visão de MELO e FROES (2002), a reação da sociedade a essas necessidades é a busca do desenvolvimento sustentável, em que cidadãos tornam-se empreendedores, comunidades assumem a forma de redes de cooperação e de solidariedade. Governo e empresas incorporam-se como "parceiros" e não como litigantes.

TINOCO (2001) aborda vantagens quanto à produtividade dos trabalhadores, dizendo que melhores condições de moradia, higiene, segurança no trabalho, proteção ambiental e melhores salários implicam maior satisfação no trabalho e, em conseqüência, maior produtividade. Enquanto o contrário implica deseconomias, conduzindo ao absenteísmo, baixa na produção, insatisfação no trabalho e etc.

3.2. Responsabilidade social

Deve-se então definir melhor o que é uma empresa socialmente responsável, para melhor entender como deve ser a atuação das empresas capitalistas diante da sociedade. Existem muitas definições dessa *responsabilidade social*. Segundo DAVIS e BLOMSTROM (1975, citados por BONILLA, 1993) responsabilidade social é a obrigação que têm os tomadores de decisão – os administradores – de empreender ações que protejam e desenvolvam o bem-estar social como um todo, juntamente com seus próprios interesses.

Não se trata mais apenas de práticas filantrópicas, como dizem os autores TINOCO (2001) e ROCHA (2002). Trata-se de uma real necessidade de interferência e atitude de cada indivíduo, empresa ou grupo nas necessidades da sociedade, frente à insuficiência de atuação do aparelho estatal.

No Brasil, já existe um debate por parte do empresariado, ainda que tímido, quanto às questões relacionadas ao exercício da responsabilidade corporativa e pública das organizações. A atual importância do tema está associada ao redesenho das funções tradicionalmente exercidas pelas diferentes instâncias do governo, pela iniciativa privada e pela sociedade civil organizada, para o que contribuiu a crise financeira do Estado brasileiro, a municipalização de vários serviços

sociais, a predominância do modelo político e econômico dos últimos anos e o acelerado crescimento do chamado terceiro setor (TINOCO, 2001).

Nota-se a importância cada vez maior dada a essa questão, mostrando como as mudanças que vêm ocorrendo no ambiente de negócios nos últimos anos sinalizam que, mais do que em qualquer outro momento histórico, as empresas devem assumir posturas ativas frente aos problemas que emergem em seu entorno social. Estas posturas devem estar expressas, muito além do discurso corporativo, em linhas de ação e formas de investimento que concretizem suas intenções, com a mesma precisão e cuidados com que são concebidas suas estratégias negociais.

Em levantamento realizado pelo Instituto Ethos em 2000 na pesquisa "Responsabilidade Social das Empresas - Percepção do Consumidor Brasileiro", o comportamento social empresarial é bastante prestigiado. Para 43% dos entrevistados, colaborar com escolas, postos de saúde e entidades sociais da comunidade são atitudes que estimulam a compra de produtos da empresa, e fazem com que ela seja recomendada aos amigos. Em 2001, a mesma pesquisa mostrou que essa é uma tendência, já que praticamente o mesmo percentual de consumidores respondentes (42%) consideram que esses tipos de colaborações só aumentam o prestígio e as vendas das empresas que as praticam. Cresce também entre as empresas a visão de que uma prática de intervenção socialmente responsável traz ganhos para os negócios, para sua imagem e, principalmente, para a sociedade.

3.3. Economia solidária e o cooperativismo

O princípio da solidariedade pode ser colocado como opção criativa para fazer frente ao paradigma neoliberal, sob o qual as sociedades ocidentais estão submetidas. O mecanismo de ação recíproca entre cidadãos livres poderá constituir uma via para romper com a hegemonia neoliberal, e construir uma consciência de classe com o trabalhador e/ou fomentar a cidadania de um povo para reivindicar educação, qualificação e emprego de forma crítica e autônoma (ROCHA, 2002).

Nesse contexto cresce a economia solidária, que compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA - SNIES, 2004).

Foi na década de 1980 que surgiram as primeiras experiências de economia solidária no Brasil, ela é resultante dos movimentos sociais, fruto de uma situação recessiva e de desemprego que imperava naquele período. Verificando o caso brasileiro, constatamos que algumas ONG's e governos populares buscaram formas de organização e gestão do trabalho a partir de princípios mais democráticos e autônomos. Naquele cenário renasceu a discussão sobre a organização cooperativa como perspectiva de inserir no mercado de trabalho, uma massa de trabalhadores desempregados, melhorando sua qualidade de vida. Para tanto, alguns financiamentos de organizações não governamentais e de algumas prefeituras subsidiaram a estruturação de cooperativas populares fundadas em bases solidárias de gestão dos recursos (ROCHA, 2002). Nota-se que o governo age apenas como um facilitador do processo, mas a iniciativa e a construção do trabalho em si dependem essencialmente do grupo de trabalhadores interessados.

Desde então, podemos destacar vários grupos que atuaram como facilitadores e interventores junto a grupos de trabalhadores que optaram pela cooperação, como a "Ação da Cidadania contra a Fome a Miséria e pela Vida" que mobilizou milhões de pessoas no período de

1992 a 1994. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que existem em universidades brasileiras desenvolvendo seus trabalhos de forma integrada, e que estão ligadas a uma fundação - a UNITRABALHO – que orienta suas atividades, também é notada. Citamos também a Central Única dos Trabalhadores que criou as "ADS" - Agências de Desenvolvimento Social, que mobilizam sindicatos em apoio à economia solidária e buscam a criação de uma rede nacional de crédito solidário, para formar cooperativas locais de crédito por trás de um banco cooperativo, e para dar apoio a estas iniciativas. E também o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que nos últimos 15 anos construiu sua luta considerando o cooperativismo popular como a possibilidade de inserir o trabalhador do campo no mercado. Os resultados destas ações mostram a eficácia da organização dos trabalhadores em torno de uma estrutura cooperativa (ROCHA, 2002).

Segundo SINGER (2002), a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Mas não cabe a este trabalho aprofundar-se nesta discussão. O autor considera que o objetivo máximo dos sócios na empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa, como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas. Dessa forma, nesse novo modo de produção, a responsabilidade social existe de todos para todos.

No âmbito do SNIES (2004), os principais atributos dessa outra economia são: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade; sendo que o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Ou seja, é uma economia cujo princípio fundamental é a responsabilidade social entre todos os indivíduos e o ambiente envolvidos.

Em empresas solidárias de grandes dimensões, estabelecem-se hierarquias de coordenadores, encarregados ou gestores, cujo funcionamento é o oposto do de suas congêneres capitalistas. As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é a assembléia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração. (SINGER, 2002)

A economia solidária é, portanto, uma economia que surge do povo, de maneira espontânea ou por indução de agentes externos que a apóiam, fazendo emergir o poder público, a iniciativa privada e uma gama variada de organizações não-governamentais sem fins lucrativos, que não correspondem às formas de comportamento tratadas pelas teorias econômicas convencionais.

A opção pela economia solidária constrói a democratização dos ganhos da produção, orienta a redução das taxas de desemprego e projeta a possibilidade de autogestão. Ela incorpora os princípios cooperativos e busca elaborar uma saída democrática e participativa para a produção e prestação de serviços no modo de produção capitalista. A grande virtude desta estratégia é a possibilidade de se construir a consciência de classe dos trabalhadores na prática

produtiva, por exemplo, a constituição de uma cooperativa de produção passando pela compreensão e discussão dos trabalhadores sobre os princípios cooperativos. (ROCHA, 2002)

Consequentemente, é notável a satisfação que o cooperativismo gera na vida das pessoas cooperadas. O trabalho associado proporciona uma situação de estabilidade aos envolvidos, há muito não sentido nem mesmo pelos trabalhadores empregados, que vêm passando por situações de insegurança pela ameaça sempre presente do desemprego iminente. Outra causa de insegurança no emprego é conseqüência das transformações tecnológicas próprias do processo de acumulação de capital, que imprimem um caráter provisório a muitos postos de trabalho e ocupações no processo produtivo e organizacional, e mudam o significado social do trabalho.

Com o atual paradigma de um mercado individualista, competitivo, liberal e globalizado, as cooperativas têm uma tremenda oportunidade precisamente por terem uma identidade especial, por terem ambos objetivos econômico e social, por serem baseadas na comunidade e em valores e por serem orientadas por pessoas. Elas podem nos mostrar o que realmente significa liberdade, igualdade, segurança e dignidade humana. As cooperativas, por serem verdadeiras em seus princípios, provêm respostas locais à globalização.

3.4. O papel das universidades e da educação

ROCHA (2002) é um estudioso que acredita na economia solidária e cita a importância das universidades para seu desenvolvimento. Em seu trabalho, ele mostra que as pesquisas em Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas que tratam da organização das cooperativas populares aumentaram significativamente nos últimos 10 anos, envolvendo grande diversidade de áreas de conhecimento e estabelecendo importantes trabalhos interdisciplinares.

Isso colocou as universidades mais próximas dos problemas geo-econômicos encontrados na sociedade, construindo a verdadeira missão das universidades, que é fomentar o desenvolvimento econômico e social de forma equitativa, visando reduzir os distanciamentos sociais. A construção de uma possibilidade de desenvolvimento que reverta, mesmo em parte, a condição de penúria em que se encontram os trabalhadores, no contexto das formas capitalistas, comandadas pelo neoliberalismo, é tarefa importante e deve ser estimulada, divulgada e ampliada. Segundo ele, a economia solidária buscando a construção de uma forma de cooperativismo popular já está dando mostras de sua pertinência tanto no âmbito local como global.

É grande a importância da atuação das universidades no cenário de apoio às alternativas econômicas populares, colocando, através das Incubadoras e da Rede UNITRABALHO, seu saber a serviço dos trabalhadores e não do capital, ao menos não diretamente, mas que de toda forma, o sujeito principal é o trabalhador. Desta maneira, elas cumprem seu papel social, que é de colocar seus conhecimentos buscando soluções para os problemas reais das comunidades nas quais estão inseridas e num plano mais amplo, para os problemas nacionais.

TINOCO (2001) acredita que a conscientização tem papel fundamental na construção da sociedade. Ele afirma que o acesso à informação de boa qualidade é um pré-requisito para o exercício da cidadania, ou ainda, uma condição essencial para que os problemas sócioeconômicos sejam debatidos e resolvidos no convívio democrático entre os grupos sociais.

Com pensamento semelhante, SINGER (2002) cita em seu livro a opinião de Owen – um dos primeiros idealizadores das cooperativas como forma de alternativa econômica, que viveu na Inglaterra um século antes das mudanças alcançadas por Keynes – o qual acredita que os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles. Para Owen, os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada.

Nota-se que muitos já vêem a necessidade de procurar uma alternativa para resolver o problema das dificuldades sociais e econômicas de uma sociedade de muitas desigualdades. Então, acredita-se que, primeiramente, há a necessidade de conscientização das pessoas quanto a esses problemas que devem ser anulados, divulgando e construindo a cultura cooperativista não só entre os indivíduos mais necessitados, mas entre todos aqueles que acreditam na forma de empreendimento solidário.

Entretanto, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (SINGER, 2002). Ou seja, sempre haveria necessidade da presença do Estado, para que os empreendimentos solidários não retornem com o tempo, ao estado de puro capitalismo, em âmbito mais competitivo e excludente. Esta é uma questão que merece mais tempo e aprofundamento, mão não será explorada neste estudo.

4. Metodologia

De acordo com VERGARA (2000), o estudo em questão consiste em uma pesquisa qualitativa. Quanto aos fins, essa pesquisa é descritiva, e quanto aos meios de investigação ela é uma pesquisa de campo e um estudo de caso.

O método do estudo de caso foi escolhido por permitir à investigação reter as características holísticas e significativas de eventos da vida real, o que é uma das finalidades do estudo de caso segundo YIN (1984).

Foram preparados dois questionários, um aplicado a uma amostra não probabilística de 50 pessoas selecionadas por tipicidade – cooperados sem cargo administrativo na cooperativa – e por acessibilidade – cooperados que estiveram na cooperativa no período da coleta de dados, que foi de 15 de julho a 15 de agosto de 2004.

Primeiramente, considera-se o entrevistado como um correntista, e questiona-se sua satisfação com a entidade financeira em comparação com os bancos comerciais da cidade. Também questiona-se quais são os bancos que mais competem com a CredMalhas, no sentido de terem a maioria dos entrevistados como clientes.

Em seguida, questiona-se sobre seu conhecimento a respeito do cooperativismo e seu interesse na entidade como um de seus cooperados.

E, finalmente, aborda-se sobre a atuação social da cooperativa e sua opinião sobre o assunto.

Com essas abordagens, podemos ter, a partir da amostra entrevistada, uma idéia acerca da consciência dos cooperados da CredMalhas a respeito das funções de uma cooperativa, das diferenças entre uma cooperativa de crédito e um banco comercial, e da importância de uma cooperativa para a região onde se encontra.

O fato de não terem sido identificados, e de terem sido entrevistados individualmente, conferem maior veracidade às informações obtidas.

O roteiro de entrevista aplicado no pessoal administrativo – amostra de oito pessoas selecionada por tipicidade – visa abordar vários pontos essenciais para essa pesquisa, assim como outras questões polêmicas que existem desde o nascimento do cooperativismo. As entrevistas foram realizadas no mesmo período acima.

Questões como a que aborda o desempenho da cooperativa como entidade financeira, mostra como os administradores da CredMalhas estão inserindo e mantendo a cooperativa no mercado regido por normas capitalistas.

As questões que abordam a função social da cooperativa têm a intenção de analisar a visão dos líderes sobre quão ligados estão os cooperados aos princípios do cooperativismo, e suas posições frente à realidade em que se encontram.

Uma outra questão que se destaca por quase sempre causar polêmica no cooperativismo é a questão salarial. Remunerar ou não os cooperados escolhidos para administrar a cooperativa? Contratar ou não profissionais pagos para garantir o sucesso da instituição? Embora os resultados dessas últimas abordagens não sejam importantes para a finalidade do trabalho, deverão colocar os leitores à par da existência de tais obstáculos importantes na formação e no amadurecimento de uma cooperativa.

O levantamento da bibliografia pertinente ao tema estudado foi realizado através de consultas ao acervo do Sistema de Bibliotecas da UFMG. Foi também consultada a base de dados EBSCO, entre outras.

A busca por estudos sobre cooperativismo e termos correlatos incluiu ainda, publicações de órgãos de apoio à economia solidária e informações disponibilizadas por setores do governo vinculados a ela como a Secretaria Nacional de Economia Solidária, Departamento de Estudos e Divulgação e o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SNIES).

5. Análise dos Resultados

5.1. O cenário da criação

Monte Sião, com seus quase 20.000 habitantes, está localizada ao sul de Minas Gerais, próxima à divisa do Estado de São Paulo (região do Circuito das Malhas), privilegiada pelo clima e pela natureza, com vocação turística, onde a maioria da população economicamente ativa se dedica à produção e comércio de malhas de tricô. Em virtude da qualidade e quantidade de seus produtos e o grande número de turistas que a freqüentam lhe valeu o título de "Capital Nacional do Tricô".

O projeto de criação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Comerciantes de Confecções do Vestuário de Monte Sião do Estado de Minas Gerais Ltda, é uma iniciativa da ACIMS, Associação Comercial e Industrial de Monte Sião, comprometida com sua missão de proporcionar um crescimento sustentável da principal atividade econômica da região.

Entre os principais motivos que levaram à constituição da Cooperativa destacam-se o desejo de que parte substancial de recursos/receitas geradas no sistema financeiro local, retida pelos bancos, fosse investida na própria região, de forma a fomentar eficientemente a principal atividade econômica - indústria e comércio de malhas de tricô - criando operações de captação e aplicação de recursos estruturados para o segmento, o que gera desenvolvimento local; gerar fundos, cujos recursos, também originários de parte das sobras, fossem destinados à implementação de ações junto à comunidade carente, com ênfase às áreas de educação e cultura, o que colocaria a responsabilidade social da cooperativa em destaque; e a prevenção da tendência de fusões do mercado onde grandes conglomerados financeiros, nacionais e estrangeiros, adquirem bancos de pequeno e médio porte no País, o que dificultaria o crescimento de micro e pequenas empresas, predominantes em Monte Sião, considerações que mostram a preocupação com os efeitos locais da globalização.

Estima-se que na região estão instaladas 3000 (três mil) malharias, legal e informalmente, sendo que ¼ delas já possuem máquinas retilíneas eletrônicas importadas do Japão, Itália e Alemanha. O Valor médio dessas máquinas é de US\$ 70 mil.

5.2. O crescimento da cooperativa do período de junho de 2000 a junho de 2004.

Os dados foram fornecidos pela gerência da CredMalhas. A disponibilidade dos dados, que permitiram estas análises, comprova o compromisso de transparência e a seriedade para com a sociedade, que são propostas do cooperativismo.

Através dos dados, conclui-se que nesse período, a cooperativa cresceu mais de 1400% em termos de patrimônio líquido. A evolução do capital integralizado foi de 1200%.

Com essa tendência de crescimento e com a contratação de profissionais capacitados, a CredMalhas que nasceu com 38 membros, conquistou 643 cooperados até o dia 14 de fevereiro de 2005 (dado fornecido pela gerência da CredMalahs).

Mas o dado que mais nos interessa nesta pesquisa, é o concernente ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), que representa uma taxa reservada especialmente para o investimento em projetos voltados tanto para os cooperados, quanto para a comunidade local. Essa taxa é uma porcentagem das sobras, e é definida por lei. Segundo os cooperados, o FATES pode viabilizar a disseminação dos princípios e da cultura cooperativista.

Quanto à comunidade local, a cooperativa já realizou várias doações, por exemplo: materiais específicos à APAE, à Polícia Civil e à Guarda-Mirim, além de ter incentivado um grupo musical, na produção de seu primeiro CD. Com essa postura, a cooperativa mostra à comunidade que sua presença gera desenvolvimento local, já que suas sobras são distribuídas parcialmente entre os próprios cooperados e parcialmente investidas na sociedade, cumprindo com sua responsabilidade social e provando que a economia solidária é uma forma diferente e mais justa de relação de trabalho.

Essa atividade social da cooperativa mostrou-se, a partir das entrevistas realizadas com a amostra de cooperados, algo muito importante para a cidade e também muito atrativo para os não cooperados. Com o tempo, eles passam a ver que as sobras geradas anualmente não são usadas em benefício de poucos ou levadas para fora da cidade, como ocorre no caso dos bancos comerciais de Monte Sião.

5.3. Resultados das entrevistas realizadas com os 50 cooperados

Os resultados mostram que a maior parte dos cooperados tem conta em outros bancos, e em alguns casos em mais de um. Durante as entrevistas, alguns cooperados confessaram-se ainda inseguros para tratar de suas finanças na CredMalhas, embora a confiança nela estivesse crescendo muito, devido aos bons resultados até então obtidos.

Os bancos que mais se destacaram foram o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Unibanco, por serem os bancos com agências instaladas em Monte Sião. O Banespa e o Bradesco aparecem na entrevista, certamente por terem agências instaladas em Águas de Lindóia, aproximadamente a sete quilômetros de distância, sendo a cidade mais próxima a Monte Sião.

A maioria dos cooperados aumenta suas cotas freqüentemente. Esse crescimento de investimento vem associado ao tempo em que o cooperado está na cooperativa, segundo os comentários livres realizados pelos entrevistados. Ou seja, quanto maior o tempo de associação, maior a segurança para aumentar seu crédito, embora hajam exceções.

100% dos entrevistados consideram a cooperativa mais vantajosa que os bancos comerciais, como entidade financeira, o que mostra que ela satisfaz seus cooperados quanto a esta função, embora ainda falte muita coisa para aumentar ainda mais essas vantagens, como a função de cartão de crédito e o serviço 24h on-line, previstos para o primeiro semestre de 2005.

Quase a metade dos cooperados entrevistados (46%) não sabem se a cooperativa atua no social e/ou cultural da cidade, e outros 4% afirmam que ela não atua. O resultado se mostra bastante negativo, pois mostra que os cooperados não são tão envolvidos com a sua cooperativa, talvez por falta de interesse, talvez por falta de divulgação, ou até mesmo por falta de engajamento com a questão cooperativista. De qualquer forma, o resultado é a alienação dos associados à cerca do que acontece na CredMalhas.

Apesar desse resultado, 98% dos entrevistados concordam e apóiam a ação no social e/ou cultural na cidade. Nota-se que eles se preocupam também com as pessoas e entidades externas à cooperativa. Muitos vêm nessa atitude um ótimo exemplo de incentivo a todas empresas, entidades e bancos comerciais da cidade a agirem da mesma maneira, cumprindo seu papel de social.

6% das pessoas consideram que a atuação no social é algo bom para o crescimento da cooperativa, 10% dos entrevistados lembram que todos os outros bancos da cidade deveriam ter a mesma responsabilidade social que a CredMalhas. Há uma crítica generalizada aos bancos comerciais por não aplicarem parte dos seus lucros no social da cidade.

5.4. Resultados das entrevistas realizadas com o pessoal administrativo

Quanto ao desempenho da cooperativa como instituição financeira, todos estão satisfeitos, pois ela pode praticar taxas mais justas e trabalhar com menos burocracia e mais rapidez, o que não se vê nos bancos comerciais. Quanto às suas possibilidades de ações sociais, alguns deles vêem essa função da cooperativa como uma obrigação, e afirmam que todo resultado da cooperativa, no final, visa uma ação social, enfatizando, inclusive, a existência do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. A maioria dos entrevistados comparou, mais uma vez, a cooperativa com os bancos comerciais da cidade, acusando-os de não converterem nenhuma porcentagem de seus lucros em prol da cidade. Um dos entrevistados acredita que essa atitude da CredMalhas deve servir de exemplo para os bancos comerciais e para as empresas de Monte Sião.

A partir das entrevistas, notou-se a importância que os cooperados não ligados a cargos administrativos dão à função financeira da cooperativa, mas por outro lado certa alienação quanto ao seu desempenho social. Quanto a esta questão, a maioria dos entrevistados desta segunda amostra concorda que é uma conseqüência da falta de cultura cooperativista do povo brasileiro. Isso faz com que as pessoas, diante de crises financeiras, só pensem em si mesmas, segundo um dos questionados. Alguns acreditam também que isso faz parte do processo de maturação da cooperativa, e que há necessidade de maior divulgação do que ela oferece. Uma preocupação que surge, a partir desse quadro, à maioria dessas pessoas, é a de investir mais na conscientização dos cooperados e da sociedade sobre o cooperativismo, e na atração de pessoas com perfil cooperativista.

Por fim, colocou-se a questão da deturpação das intenções de dirigentes de cooperativas, devido aos salários oferecidos. Esta mostrou-se uma questão polêmica entre o grupo, pois uns acreditam que pode, sim, haver pessoas interesseiras na formação de um conselho, e que, por isso, não deveria haver salário. Por outro lado, vários acreditam que deve haver uma gratificação, um estímulo pelo trabalho realizado, e que essa necessidade faz parte da cultura ocidental. De qualquer maneira, eles dizem que o Banco Central exige que haja remuneração do pessoal, para que este seja bem qualificado e competente. Mesmo assim, eles disseram que os honorários pagos na CredMalhas são os mínimos permitidos, o que foi discutido e decidido em assembléia de todos os sócios, protegendo a cooperativa deste risco.

6. Conclusão

Várias pessoas denominaram a cooperativa como "banco da cidade", e se orgulham ao falar que fazem parte dele. Ao mesmo tempo em que criticaram os bancos comerciais presentes no município, mostrando sua insatisfação diante da falta de qualidade no atendimento e nos serviços. No total, 11 pessoas (22%) condenaram a não participação ativa desses bancos no desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade.

Notou-se por outro lado, a partir dos resultados obtidos e do contato direto com a cooperativa, seus funcionários e cooperados, a ênfase que essas pessoas dão à importância que a cooperativa representa para a cidade e seu desenvolvimento, tanto econômico quanto social e cultural. Elas realmente acreditam que a cooperativa deva participar desse desenvolvimento. Isso parece um pouco paradoxal, já que os resultados indicam alienação dos cooperados quanto à ação social da CredMalhas.

As conclusões que se tiram comparando-se os resultados de ambos os questionários, é que as pessoas têm consciência da necessidade de intervenção do setor privado ou do terceiro setor, junto ao setor público na solução das questões sociais que atingem a sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo em que os líderes entrevistados se mostram com a mesma opinião, eles pensam um pouco à frente, pois acreditam e investem no cooperativismo como uma possível solução para algumas dessas questões.

O que é preciso fazer então, não apenas no caso da CredMalhas, é investir na divulgação dos princípios e ideais do cooperativismo, exibindo exemplos que deram certo e que mudaram a realidade de comunidades. Os líderes, que têm iniciativa ou que são escolhidos para tomar a frente de um projeto como o da CredMalhas, são as pessoas que devem trabalhar para difundir suas próprias crenças no ideal cooperativista. Unindo-se a pré-disposição de lideranças à importância que a maioria das pessoas dão à necessidade de prestar ajuda, nasce a cooperação.

Nem todos são líderes por natureza, mas todos podem aprender a dirigir um processo. Uma cooperativa começa com um grupo de pessoas que acreditam num ideal, e com sua força de vontade de atrair e ensinar outras pessoas que possam ser beneficiadas pelo resultado da união.

Nesse processo entram trabalhos como este e outros projetos desenvolvidos por universidades, para atingir exatamente as pessoas que dão os primeiros passos, para oferecer idéias e soluções, enfim, para iluminar pessoas pré-dispostas a mudar a realidade, seja de uma cidade inteira, de uma comunidade ou de uma favela.

A tentativa de atuar, através do uso do conhecimento adquirido nas universidades, é para fazer com que as pessoas acreditem que podem começar a partir da idéia e da iniciativa de uma única pessoa. Esse ideal faz com que ela atraia outras pessoas e forme um pequeno grupo, que pode mudar a realidade de suas famílias, e assim da comunidade em que vivem. Se várias comunidades crescem no que diz respeito à dignidade, trabalho, renda, e melhores condições de vida, uma cidade inteira torna-se melhor. Mas também é preciso lembrar que todo esse processo só se realiza a longo prazo.

A CredMalhas é um exemplo de muita insistência de um pequeno grupo, que hoje é responsável por ela existir, por estar crescendo e tendo a oportunidade de cuidar da cidade e de seus cidadãos. Já são vários os projetos futuros voltados para a comunidade. Mas ela ainda está no início de seu processo de maturação, que promete muito sucesso e muitas realizações. Segundo o gerente, ela já é uma das mais bem vistas dentro da central de cooperativas, tendo sido visitada inclusive pelo SEBRAE. É em exemplos positivos como este que o Brasil e a sociedade brasileira precisam acreditar e investir.

7. Referências Bibliográficas

BONILLA, J. A. *Resposta à crise*: qualidade total e autêntica para bens e serviços. São Paulo: Makron Books, 1993.

CARVALHO, J. E. *O Balanço Social da Empresa*: uma abordagem sistêmica. Lisboa: Editorial Minerva, 1990 citado por TINOCO, J. E. P., Balanço Social: Uma abordagem da Transparência e da Responsabilidade Publica das Organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

DAVIS, K. e BLOMSTROM, R. *Business and Society*. Nova Iorque, McGraw-Hill, 1975 citado por BONILLA, J. A., *Resposta à crise*:qualidade total e autêntica para bens e serviços. São Paulo: Makron Books, 1993.

FEAGIN, J. R.; ORUM, A. M. e SJOBERG, G. A case for the Case study. The University of North Carolina Press Chapel Hill and London, 1991.

MANGEN, S. *Qualitative research methods in cross-national settings*. International Journal of Social Research Methodology, Apr99, Vol. 2 Issue 2; (AN 3860046) Disponível em: http://search.epnet.com/direct.asp?an=3860046&db=buh>. EBSCO, acesso em 01/07/04.

MELO, F. P. N. e FROES, C. *Empreendedorismo Social*: A transição para a sociedade Sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MCKINSEY&COMPANY e ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS. *Empreendimentos Sociais Sustentáveis*: Como elaborar planos de negócios para organizações sociais. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TINOCO, J E P. *Balanço Social*: Uma abordagem da Transparência e da Responsabilidade Publica das Organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

VERGARA, S. C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

VERSCHUREN, P. *Case study as a research strategy*: some ambiguities and opportunities. International Journal of Social Research Methodology, Apr2003, Vol. 6 Issue 2, p121, 19p; (AN 9742169). Disponível em: http://search.epnet.com/direct.asp?an=9742169&db=buh. EBSCO, acesso em 01/07/04.

YIN, R. K. *Case Study Research*: Design and Methods. Bervely Hills, London, New Delhi: Sage Publications, 1984.